

ANEXO 1

MATERIAIS

1 SITUAÇÃO-PROBLEMA APRESENTADA PARA A CLASSE

Incidente 1: Quarenta e quatro unidades habitacionais situadas em dois conjuntos destinados à moradia popular e financiadas com recursos do FGTS permanecem inconclusas e sem destinação.

Incidente 2: Um grupo de famílias sem-teto, composto na maioria por trabalhadores desempregados, ocupa as 44 unidades habitacionais desabitadas.

Incidente 3: As duas empresas proprietárias do empreendimento ajuízam no Judiciário pedido liminar de reintegração de posse por esbulho possessório.

FORMULE HIPÓTESES de solução para o problema narrado. Cada equipe deverá propor ao menos uma solução, jurídica ou extra-jurídica, para o caso concreto.

Rubrica para discussão da situação-problema

Tendo em vista a situação-problema apresentada, os alunos podem chegar a três modalidades de solução:

- a) mediante aplicação de legislação oficial (concessão da reintegração de posse; despejo dos sem-teto com uso de força policial)
- b) mediante negociação, desapropriação, assentamento pelo Estado (Poder Executivo)
- c) mediante interpretação alternativa por instância jurisdicional

Considerando-se a prevalência do Positivismo Jurídico nos cursos de Direito, imagine-se que a solução da situação-problema por via do Direito Alternativo (que é o foco específico da aula e da atividade) seja minoritária, o que proporcionará uma oportunidade de posicionamento crítico diante do Direito hegemônico.

2 TEOR DA DECISÃO REAL QUE INSPIROU A SITUAÇÃO-PROBLEMA

No desenvolvimento da atividade, o resumo do caso de Alvorada, que se tornou célebre pela decisão alternativista do juiz Victor Sant'Anna de Souza Filho, foi apresentado após a discussão da situação-problema, permitindo que os próprios alunos confrontassem seus argumentos e fundamentações com as do magistrado.

Caso de Alvorada (RS)

Trata-se de um dos raros casos em que a Justiça se pronuncia favoravelmente à população carente “sem-teto”, deixando de ser aplicada a legislação positiva convencional que, via de regra, determina a expulsão dos invasores. Em maio de 1988, o juiz Victor Sant’Anna de Souza Filho, da Comarca de Alvorada na Grande Porto Alegre, valendo-se em uma interpretação baseada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (art. XXXV: “Quando o governo viola os Direitos do povo, a insurreição é, para o povo, o mais sagrado dos Direitos e o mais indispensável dos deveres”), negou o pedido de liminar de reintegração de posse feito pelas empresas proprietárias das 44 unidades dos conjuntos habitacionais de Vila São Carlos e Jardim Porto Alegre. No seu bem-fundado despacho, o Juiz de Alvorada assinalou, com propriedade, que “(...) milhões de desgraçados brasileiros passam fome, vivendo, uns, na mais degradante miséria, os trabalhadores com seus ganhos cada vez mais defasados, sem ter onde morar dignamente, enquanto os conjuntos habitacionais, construídos com recursos de suas contribuições para o FGTS, permanecem desabitados, inconclusos, se deteriorando”. Em consequência, entendendo que não houve esbulho possessório, o magistrado indefere a liminar argumentando que “(...) o Poder Judiciário nesta hora tem que ter sensibilidade, evitando medidas de força que o arsenal da ordem legal rejeitada lhe põem, à disposição, para que esteja à altura do momento histórico”. Por fim, remata o magistrado que o “(...) povo, em nome do qual se exerce o poder, não se submete ao ordenamento legal, tal o descompasso entre as suas aspirações e o Direito”.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001, p. 114-115.

3 SITUAÇÃO-PROBLEMA PROPOSTA AOS ESTUDANTES COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

"VISTOS etc.

Várias famílias (aproximadamente 300 - fls. 10) invadiram uma faixa de domínio ao lado da Rodovia BR 116, na altura do km 405,3, lá construindo barracos de plástico preto, alguns de adobe, e agora o DNER quer expulsá-los do local.

"Os réus são indigentes", reconhece a autarquia, que pede reintegração liminar na posse do imóvel.

E aqui estou eu, com o destino de centenas de miseráveis nas mãos.”

Assim inicia sua sentença o Juiz Federal da 8ª Vara de Belo Horizonte, Antônio Francisco Pereira, relatando um relevante problema: julgar o destino de 300 famílias sem-terra invasoras de uma área do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

ASSUMINDO O PAPEL hipotético de juiz, decida o caso, fundamentando-se no uso alternativo do Direito. A resposta deverá ter, aproximadamente, entre 20/25 linhas, e evidenciar argumentos de caráter alternativista, diferenciando-a da aplicação da legislação oficial.

RUBRICA PARA AVALIAÇÃO		
Aspecto avaliado	Indicadores	Valor
Adoção pelo aluno do papel de magistrado (role play).	Argumentação de caráter decisório sobre a questão concreta, evidenciando o posicionamento do aluno com juiz do caso	De 0 a 0,5
Manejo de argumentos alternativistas na decisão.	Não concessão de reintegração de posse e aplicação das medidas de força da lei tendo em vista a condição de excluídos sociais dos réus da ação	De 0 a 2,0
Percepção sobre a diferença da aplicação da legislação oficial e da solução de conflitos coletivos por meio de interpretação alternativa	Capacidade de estabelecer contraponto entre a decisão alternativista e a decisão pautada na aplicação do direito oficial (o aluno deverá ser capaz de apontar ao menos uma característica marcante do direito alternativo em contraposição ao direito oficial)	De 0 a 0,5

4 SENTENÇA REAL DISPONIBILIZADA PARA CHECAGEM

Após a aplicação da avaliação, foi disponibilizado por meio eletrônico aos alunos (Portal Acadêmico e página na rede social Facebook) o inteiro teor da decisão real. Os estudantes, então, tiveram a oportunidade de analisar a argumentação do magistrado e compará-la com as das decisões nas quais estavam investidos do papel hipotético de juiz.

Sentença revolucionária em ação de reintegração na posse contra sem-terra

Veja a seguir a transcrição literal da sentença do juiz federal titular da 8ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais. A decisão versa sobre uma ação do DNER contra um grupo de sem-terra que ocupou as margens de uma rodovia. Com orientação jurídica alternativista, a sentença, verbalmente despojada, mantém os sem-terra na posse da terra ocupada, doa a quem doer.

"VISTOS etc.

"Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam.
Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo,
iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados.
Não tinham sexo, nem idade, nem condição humana.
Eram os retirantes. Nada mais."

(José Américo de Almeida, em "A Bagaceira")

Várias famílias (aproximadamente 300 - fls. 10) invadiram uma faixa de domínio ao lado da Rodovia BR 116, na altura do km 405,3, lá construindo barracos de plástico preto, alguns de adobe, e agora o DNER quer expulsá-los do local.

"Os réus são indigentes", reconhece a autarquia, que pede reintegração liminar na posse do imóvel.

E aqui estou eu, com o destino de centenas de miseráveis nas mãos. São os excluídos, de que

nos fala a Campanha da Fraternidade deste ano.

Repito, isto não é ficção. É um processo. Não estou lendo Graciliano Ramos, José Lins do Rego ou José do Patrocínio.

Os personagens existem de fato. E incomodam muita gente, embora deles nem se saiba direito o nome. É Valdico, José Maria, Gilmar, João Leite (João Leite ???). Só isso para identificá-los. Mais nada. Profissão, estado civil (CPC, artigo 282, II) para quê, se indigentes já é qualificação bastante ?

Ora, é muita inocência do DNER se pensa que eu vou desalojar este pessoal, com a ajuda da polícia, de seu moquiços, em nome de uma mal arrevesada segurança nas vias públicas. O autor esclarece que quer proteger a vida dos próprios invasores, sujeitos a atropelamento.

Grande opção! Livra-os da morte sob as rodas de uma carreta e arroja-os para a morte sob o relento e as forças da natureza.

Não seria pelo menos mais digno - e menos falaz - deixar que eles mesmos escolhessem a maneira de morrer, já que não lhes foi dado optar pela forma de vida?

O Município foge à responsabilidade "por falta de recursos e meios de acomodações" (fls. 16 v).

Daí, esta brilhante solução: aplicar a lei.

Só que, quando a lei regula as ações possessórias, mandando defenestrar os invasores (artigos 920 e seguintes do CPC), ela - COMO TODA LEI - tem em mira o homem comum, o cidadão médio, que, no caso, tendo outras opções de vida e de moradia diante de si, prefere assenhorar-se do que não é de le, por esperteza, conveniência, ou qualquer outro motivo que mereça a censura da lei e, sobretudo, repugne a consciência e o sentido do justo que os seres da mesma espécie possuem.

Mas este não é o caso no presente processo. Não estamos diante de pessoas comuns, que tivessem recebido do Poder Público razoáveis oportunidades de trabalho e de sobrevivência digna (v. fotografias).

Não. Os "invasores" (propositadamente entre aspas) definitivamente não são pessoas comuns, como não são milhares de outras que "habitam" as pontes viadutos e até redes de esgoto de nossas cidades. São párias da sociedade (hoje chamados excluídos, ontem de descamisados), resultado do perverso modelo econômico adotado pelo país.

Contra este exército de excluídos, o Estado (aqui, através do DNER) não pode exigir a rigorosa aplicação da lei (no caso, reintegração de posse), enquanto ele próprio - o Estado - não se desincumbir, pelo menos razoavelmente, da tarefa que lhe reservou a Lei Maior.

Ou seja, enquanto não construir - ou pelo menos esboçar - "uma sociedade livre, justa e solidária" (CF, artigo 3º, I), erradicando "a pobreza e a marginalização" (n. III), promovendo "a dignidade da pessoa humana" (artigo 1º, III), assegurando "a todos existência digna, conforme os ditames da Justiça Social" (artigo 170), emprestando à propriedade sua "função social" (art.

5º, XXIII, e 170, III), dando à família, base da sociedade, "especial proteção" (art. 226), e colocando a criança e o adolescente "a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, maldade e opressão" (art. 227), enquanto não fizer isso, elevando os

marginalizados à condição de cidadãos comuns, pessoas normais, aptas a exercerem sua cidadania, o Estado não tem autoridade para deles exigir - diretamente ou pelo braço da Justiça - o reto cumprimento da lei.

Num dos braços a Justiça empunha a espada, é verdade, o que serviu de estímulo a que o Estado viesse hoje a pedir a reintegração. Só que, no outro, ela sustenta a balança, em que pesa o direito. E as duas - lembrou RUDOLF VON IHERING há mais de 200 anos - hão de trabalhar em harmonia:

"A espada sem a balança é força brutal; a balança sem a espada é a impotência do direito. Uma não pode avançar sem a outra, nem haverá ordem jurídica perfeita sem que a energia com que a justiça aplica a espada seja igual à habilidade com que maneja a balança"

Não é demais observar que o compromisso do Estado para com o cidadão funda-se em princípios, que têm matriz constitucional. Verdadeiros dogmas, de cuja fiel observância dependem a eficácia e a exigibilidade das leis menores.

Se assim é - vou repetir o raciocínio - enquanto o Estado não cumprir a sua parte (e não é por falta de tributos que deixará de fazê-lo), dando ao cidadão condições de cumprir a lei, feita para o homem comum, não pode de forma alguma exigir que ela seja observada, muito menos pelo homem "incomum".

Mais do que deslealdade, trata-se de pretensão moral e juridicamente impossível, a conduzir - quando feita perante o Judiciário - ao indeferimento da inicial e extinção do processo, o que ora decreto nos moldes dos artigos 267, I e VI; 295, I, e parágrafo único, III, do Código de Processo Civil, atento à recomendação do artigo 5º da LICCB e olhos postos no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que proclama:

"Todo ser humano tem direito a um nível de vida adequado, que lhe assegure, assim como à sua família, a saúde e o bem estar e, em especial, a alimentação, o vestuário e a moradia".

Quanto ao risco de acidentes na área, parece-me oportuno que o DNER sinalize convenientemente a rodovia, nas imediações. Devendo ainda exercer um policiamento preventivo a fim de evitar novas "invasões".

P. R. I.

Belo Horizonte, 03 de março de 1995

ANTONIO FRANCISCO PEREIRA
Juiz Federal da 8ª Vara

Fonte: <http://jus.com.br/jurisprudencia/16339/sentenca-revolucionaria-em-acao-de-reintegracao-na-posse-contra-sem-terra#ixzz3lhfsAtaT>

5 COMPARATIVO DOS ARGUMENTOS EMPREGADOS PELOS ALUNOS E PELO JUIZ DO CASO CONCRETO

Ao comparar exemplos de provas dos estudantes com a argumentação adotada pelo juiz, foi bastante gratificante notar a capacidade que os alunos demonstraram em serem

protagonistas na tomada de decisão diante de um caso do mundo real e de manejarem consistentemente conceitos alternativistas do Direito, refletindo posicionamento crítico diante da realidade social.

Exemplos de argumentos dos alunos na sentença hipotética	Exemplos de argumentos da sentença original
<p>“De acordo com a legislação oficial, a reintegração era cabível, porém, não é justa, pois devemos buscar o interesse social, nos atentar para a democratização do sistema e buscar justiça às classes menos favorecidas”</p> <p>“Em face da inércia do Estado em cumprir os direitos assegurados a essas pessoas, cabe ao Judiciário limitar o direito de propriedade, partindo da premissa de que nenhum direito é absoluto, para preservar os direitos humanos. Em situações como essas o Judiciário não pode demonstrar fraqueza e deve optar de forma digna pela Justiça”</p> <p>“O Estado é quem deveriam zelar pelo direito desses indivíduos. [...] De acordo com a norma legal seria fácil conceder-lhes a reintegração de posse. No entanto, em minha sentença, prevalecerá a busca pelo justo”</p>	<p>“[...]quando a lei regula as ações possessórias, mandando defenestrar os invasores (artigos 920 e seguintes do CPC), ela - COMO TODA LEI - tem em mira o homem comum, o cidadão médio, que, no caso, tendo outras opções de vida e de moradia diante de si, prefere assenhorar-se do que não é dele, por esperteza, conveniência, ou qualquer outro motivo que mereça a censura da lei e, sobretudo, repugne a consciência e o sentido do justo que os seres da mesma espécie possuem.</p> <p>Mas este não é o caso no presente processo. Não estamos diante de pessoas comuns, que tivessem recebido do Poder Público razoáveis oportunidades de trabalho e de sobrevivência digna (v. fotografias).</p> <p>Contra este exército de excluídos, o Estado (aqui, através do DNER) não pode exigir a rigorosa aplicação da lei (no caso, reintegração de posse), enquanto ele próprio - o Estado - não se desincumbir, pelo menos razoavelmente, da tarefa que lhe reservou a Lei Maior.”</p>